

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.415.215 - SP (2018/0330104-5)**

**RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE : RUTH RODRIGUES QUAGLIO**  
**ADVOGADO : THIAGO PELEGRINI SPADON E OUTRO(S) - SP236988**  
**AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA**  
**ADVOGADOS : FLAVIO OLIMPIO DE AZEVEDO - SP034248**  
**MILENA PIRÁGINE E OUTRO(S) - SP178962**  
**JULIANA PEREIRA DA SILVA - SP345500**  
**RICARDO ANDRÉ PEREIRA DA SILVA - SP361292**

**DECISÃO**

1. Trata-se de agravo interposto por RUTH RODRIGUES QUAGLIO, contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado com fulcro no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 309):

DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - INSCRIÇÃO DO NOME EM ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - CONTRATAÇÃO E INADIMPLÊNCIA - EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO - AÇÃO IMPROCEDENTE -APELAÇÃO IMPROVIDA.

Opostos embargos de declaração pelo recorrente (fls. 314-317), foram rejeitados (fls. 320-323).

Nas razões do recurso especial (fls. 326-355), aponta a parte recorrente ofensa ao disposto no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, art. 371, 373, § 1º, 428, I, 429, II, 489, II e § 1º, IV, e 1.022, II, do Código de Processo Civil.

Em apertada síntese, além de apontar omissões no acórdão quanto à análise da prova constante nos autos, sustenta que o Tribunal a quo não indicou as razões pelas quais se convenceu que os documentos suspeitos e conflitantes entre si, produzidos unilateralmente pela parte adversa e contendo, inclusive, anotações manuscritas, seria suficiente para caracterizar a existência e adjudicar validade aos hipotéticos empréstimos insinuados pelo Banco Recorrido.

Argumenta que “a Recorrente não apenas impugnou a autenticidade dos mencionados documentos mas, também, comprovou efetivamente que os fantasiosos empréstimos, supostamente representados por aqueles documentos impugnados, não poderiam ter sido contraídos pela Recorrente, uma vez que àquela época a mesma não dispunha de limites de crédito junto à Instituição Financeira Recorrida, nem de pacotes de serviços que a possibilitava realizar estas operações bancárias (empréstimos em terminais eletrônicos).”

Alega que era de rigor a inversão do ônus da prova, haja vista a verossimilhança das alegações da recorrente e a sua hipossuficiência em relação à instituição bancária recorrida.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 359-362.

É o relatório.

DECIDO.

2. Inicialmente, observa-se que não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação do art. 1.022 do Código de Processo Civil. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da recorrente.

3. Em relação à fundamentação do acórdão, observa-se que, mediante convicção formada do exame feito aos elementos fático-probatórios dos autos, o acórdão tratou de forma clara e suficiente a controvérsia apresentada, lançando fundamentação jurídica sólida para o desfecho da lide, apenas não foi ao encontro da pretensão da parte recorrente, o que está longe de significar violação ao art. 489 do CPC/15.

4. O Tribunal local manifestou-se nos seguintes termos acerca da matéria atinente à inversão do ônus da prova (fls. 310-311):

Inversão do ônus da prova na relação de consumo não é automática, cabendo ao magistrado a apreciação dos aspectos de verossimilhança da alegação do consumidor ou de sua hipossuficiência, nos termos do art. 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90, requisitos cuja aferição se acha intimamente relacionada ao conjunto fático-probatório, na linha de precedentes do STJ (REsp 897.849/PR, Rel. Min. Castro Meira, DJ 28.02.07; REsp 541.212/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, DJ 03.10.05; REsp 492.318/PR, Rel. Min. Aldir Passarinho Jr, DJ 08.03.04; REsp 332.869/RJ, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 02.09.02; AgRg no Ag 651.899/SP, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ 20.11.96; AgRg no REsp 662.891/PR, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJ 16.05.05; AgRg no REsp 769.911/SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJ 28.11.05; REsp 591.110/BA, Rel. Min. Aldir Passarinho Jr, DJ 01.07.04), o que, não sendo possível, à luz da prova documental, torna improcedente a demanda.

É firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a inversão do ônus da prova fica a critério do juiz, segundo apreciação dos aspectos de verossimilhança da alegação do consumidor e de sua hipossuficiência, conceitos intrinsecamente ligados ao conjunto fático-probatório dos autos delineado nas instâncias ordinárias, cujo reexame é vedado em sede especial, a teor da Súmula 7/STJ.

A propósito, confirmam-se:

Processual civil. Agravo no recurso especial. CDC. Inversão do ônus da prova. Reexame do conteúdo fático-probatório.

- A inversão do ônus da prova fica a critério do juiz, conforme apreciação dos aspectos da verossimilhança da alegação do consumidor e de sua hipossuficiência, conceitos intrinsecamente ligados ao conjunto fático-probatório dos autos delineado na origem, cujo reexame é vedado em sede de recurso especial. Precedentes.

(AgRg no REsp 769.911/SP, Terceira Turma, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, DJ de 28.11.05)

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CONSUMIDOR. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7-STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADO. ART. 255 DO RISTJ.

1 - A inversão do ônus da prova fica a critério do juiz, conforme apreciação dos aspectos de verossimilhança da alegação do consumidor e de sua hipossuficiência, conceitos intrinsecamente ligados ao conjunto fático-probatório dos autos delineado nas instâncias ordinárias, cujo reexame é vedado em sede especial, ut súpula nº 07/STJ. (...).

(AgRg no Resp 662.891/PR, Quarta Turma, Relator Ministro FERNANDO GONÇALVES, DJ de 16.5.05).

5. Por outro lado, quanto ao mérito, a Corte de origem assentou (fls. 309-310):

A minuciosa sentença deu solução adequada ao caso e merece subsistir por seus próprios fundamentos, que passam a integrar o voto (Regimento Interno, art. 252), porque proferida em perfeita harmonia com o conjunto probatório.

**Embora a apelante, cliente antiga do banco, negue os empréstimos, farta documentação juntada aos autos convence justamente do contrário. Ao seu exame se constata com facilidade que não apenas contraiu vários empréstimos em terminal de autoatendimento, com utilização de cartão e aposição de senha, como efetuou pagamento de uma parte das parcelas, renegociou e renovou operações dessa natureza, e até chegou a liquidar uma delas, tendo sido colocado à disposição do cliente o crédito ora cobrado, não honrado no vencimento**( cf. fls. 58/107, 199/200). Sob tais condições, resultantes do exame da prova, o réu terá agido no exercício regular de um direito, pois, conforme firme entendimento pacificado na 2ª Seção do STJ (REsp nº 527.618/RS, Rel. Min. César Asfor Rocha, DJ 24.11.03), somente se tolhe inclusão do nome do devedor em cadastros de proteção ao crédito quando e se implementadas, ao mesmo tempo, as seguintes condições: a) o ajuizamento de ação, pelo devedor, contestando a existência parcial ou integral do débito; b) a efetiva demonstração de que a contestação da cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça; c) que, sendo a contestação apenas de parte do débito, deposite o valor referente à parte tida por incontroversa, ou preste caução idônea, ao prudente arbítrio do magistrado, não sendo esse o caso.

A convicção a que chegou o acórdão acerca da regularidade da inscrição do nome da recorrente nos cadastros de proteção ao crédito decorreu da análise do conjunto fático-probatório, e o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do mencionado suporte, obstando a admissibilidade do especial à luz do enunciado 7 da Súmula desta Corte.

6. Além disso, verifica-se que a recorrente não impugna o argumento de que, da documentação juntada aos autos, se constata que ela não apenas contraiu vários empréstimos em terminal de autoatendimento, com utilização de cartão e aposição de senha, como efetuou pagamento de uma parte das parcelas, renegociou e renovou

**operações dessa natureza, e até chegou a liquidar uma delas, tendo sido colocado à disposição do cliente o crédito ora cobrado, não honrado no vencimento.** Assim, a subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula nº 283/STF: “É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.”

7. Ante o exposto, nego provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de fevereiro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator

